

Capítulo 1

Desenvolvimento socioeconômico e institucional do Projeto Reça e pesquisa agroflorestal

Idésio Luis Franke
Sérgio Roberto Lopes

Introdução

A Amazônia Ocidental, o estado de Rondônia, a região da Ponta do Abunã e o Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca) estão inseridos em um contexto geográfico e socioeconômico que precisa ser dissecado para melhor compreensão da realidade espaço e tempo. Nessa parte da Amazônia aconteceram e acontecem transformações na paisagem e no ambiente socioeconômico que necessitam ser observadas, analisadas e inseridas no contexto atual, na perspectiva da evolução humanitária e do desenvolvimento regional.

Ao levantar dados históricos sobre a ocupação do estado de Rondônia e do espaço regional da Ponta do Abunã, verifica-se a influência das transformações das forças produtivas nacional e internacional e as conexões com a Amazônia e o distrito de Nova Califórnia/Porto Velho, RO.

A metodologia de coleta de dados para realização deste trabalho consistiu em levantamentos de fontes primárias de documentação, acervos e repositórios de bibliotecas e de áreas temáticas multidisciplinares. Foram levantadas não só informações técnicas, mas também históricas, antropológicas e geográficas. Além dos levantamentos bibliográficos, foram realizadas conversas informais e relatada a experiência

dos autores sobre a área de estudo do Reça. Foi realizada ampla revisão bibliográfica (disponível nas referências), incluindo teses, artigos, documentos, livros, séries técnicas e de informação institucional sobre o Reça, disponível em meios eletrônicos.

A primeira parte do trabalho aborda um breve registro dos povos originários indígenas que ali residiram, a chegada do homem branco nordestino, os seringueiros e seringalistas, os castanheiros, ribeirinhos, a história da ocupação, a realidade do sistema produtivo da borracha, bem como da consolidação do modelo produtivo de uso da terra baseado na agropecuária, e a influência do Estado brasileiro e das políticas públicas engendradas no processo de desenvolvimento regional.

Na segunda parte é descrita a ocupação recente dos agricultores na região de Nova Califórnia, o enfrentamento dos problemas na produção e a organização social empreendida para a superação das dificuldades do ambiente amazônico e da insuficiência de apoio social e de infraestrutura no cotidiano geral.

Na terceira e última parte é realizado um histórico do surgimento do Projeto Reça, sua evolução e a análise do contexto atual, com ênfase nos sistemas produtivos dos agricultores associados, na relação com os parceiros no intercâmbio do conhecimento,

pesquisas, apoio tecnológico, de capacitação e aporte financeiro e humano para a execução das ações de desenvolvimento sustentável e evolução institucional.

Histórico da ocupação

Os registros históricos sobre o passado na região da Ponta do Abunã são dispersos e escassos. Sobre os índios “originários” há ainda menos informação. Entretanto, verifica-se que a ocupação pelos “brancos” ocorreu basicamente em três etapas. As duas primeiras em função das atividades extrativas da borracha e da castanha, entre os anos de 1870 e 1945, no primeiro e segundo ciclo da borracha. Há um período de relativa calmaria de migração após a Primeira Guerra Mundial e o fim do primeiro ciclo da borracha, entre 1915–1938, e logo após a Segunda Guerra Mundial até o golpe militar de 1946–1964, quando se inaugura a terceira etapa, em decorrência da ocupação para atividades agropecuárias no final dos anos de 1960, com avanço acelerado depois de 1970.

Índios e ocupação “branca”

Para desvendar as duas primeiras etapas da história da ocupação é importante descrever a presença dos índios, seringueiros, religiosos, estudiosos e as circunstâncias do seringal.

A origem dos povos indígenas na região da Ponta do Abunã data entre 5 e 12 mil anos, pelo menos, provenientes de migrantes do continente asiático em fase histórica longínqua, em busca de alimentação, após o último grande período glacial de mudanças climáticas do planeta. Nesse período a maior parte da Amazônia constituía uma grande savana, à exceção dos fundos de vales que continham áreas de vegetação florestais (Neves, 2002).

A coroa portuguesa e espanhola empreenderam todos os esforços para garantir a presença nos territórios amazônicos, visando à sua posse e exploração, desde o Descobrimento das Américas. Entretanto, a natureza exuberante, impenetrável e desconhecida sempre apresentou muitas dificuldades para ser “domada”. Religiosos jesuítas e até anglicanos, naturalistas e exploradores europeus sempre tiveram muita curiosidade e cobiça pela Amazônia. Durante quatro séculos (1600 a 1900) a Amazônia e em particular o vale do Madeira foram explorados, entre idas e vindas por esses atores.

Caripuna, Ferreiru e Pama circulavam na embocadura do Rio Abuña, junto ao Rio Madeira entre os anos de 1714 e 1749 (Silva; Costa, 2014). Caripuna (denominação brasileira), mesmo que Pacoaquara (denominação boliviana), era a mais numerosa etnia presente no Rio Abunã, embora não precisasse o quantitativo. Ao realizar viagem expedicionária entre os rios Madre de Dios e Acre no ano de 1887, o Coronel Labre identificou aldeias de Guarayo (possivelmente Caripuna ou Pama) no alto Rio Abunã e aldeias de Kanamari nas nascentes do Rio Iquiri (Ituxi) (Link, 2017). O deslocamento para as cabeceiras dos rios, nos lugares mais longínquos e impenetráveis à navegação, foi uma estratégia utilizada pelos indígenas para fugir do contato com os “brancos” e tentar sobreviver.

A ocupação das terras onde habitavam os indígenas, por meio do estabelecimento de seringais para a exploração da borracha por brasileiros ao longo dos rios Ituxi e Abunã, a partir de 1870, fez com que em pouco mais de 30 anos as terras dos nativos fossem invadidas, sendo eles praticamente exterminados, em nome da produção da goma elástica para abastecer as indústrias europeias e norte-americanas. Em poucos anos os

povos nativos da região se viram cercados por brasileiros e bolivianos, sendo submetidos às “correrias” – expedições armadas feitas com o objetivo de matar as lideranças das aldeias, aprisionar homens para o trabalho escravo e obter mulheres que seriam vendidas aos seringueiros.

No período entre 1880 e 1910 inúmeros grupos indígenas localizados entre os dois principais rios que compõem a Ponta do Abunã foram dizimados. Os Kanamari desapareceram e os Takana migraram para o sul até a Bolívia para nunca mais retornar à região (Neves, 2002).

Restaram na região os Kaxarari, índios que sempre viveram ao longo do Rio Ituxi, embora a maioria se localizasse em um afluente denominado Curequetê, um pouco abaixo da Ponta do Abunã, quando contavam mais de 2 mil indígenas.

No entanto, é possível que em nenhum outro lugar da Amazônia o apagamento sistemático da história indígena tenha sido tão forte quanto em Rondônia [...], com apagamento físico e concreto dos coletivos indígenas, que seriam perseguidos, empurrados para fora das melhores terras e, não poucas vezes, exterminados [...], sendo os *originários* vistos como um obstáculo (Almeida; Mongelo, 2020, p. 9).

A partir de 1976, com a instalação da primeira Ajudância da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Acre e sul do Amazonas e o apoio de organizações não governamentais (ONGs) como a Comissão Pró-Índio (CPI), Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ocorreu uma articulação política de lideranças indígenas e criação de suas organizações, culminando com o reconhecimento tardio de uma área indígena da etnia Kaxarari.

Os Kaxarari foram os únicos nativos a resistir na Ponta do Abunã e muito provavelmente são parentes, dentre outros, dos Apurinã, indígenas do grupo Aruak (Arauk) que hoje se encontram nos municípios vizinhos de Boca do Acre, Pauini e Lábrea, no Amazonas.

Na década dos anos de 1980 os Kaxarari quase foram dizimados pelas doenças, subnutrição e esfacelamento familiar e comunitário, contando pouco mais de 150 indivíduos, entretanto hoje já ultrapassam 600 indígenas, indicando uma recuperação populacional, embora ainda enfrentem sérios problemas de erosão cultural e de insegurança alimentar. Entretanto, as formas de organização social dos Kaxarari que restaram foram prejudicadas, perdendo parte das suas tradições, modos de vida e línguas maternas, substituindo-as em grande medida pelo português. Hoje possuem sua terra demarcada em um total de 145.890 ha, situada no alto Rio Ituxi, entre os estados de Rondônia e Amazonas, embora ainda sejam permanentemente pressionados por empresas privadas (de extração de madeira), pecuaristas e pelo governo federal para a instalação de hidroelétricas, exploração de jazidas minerais e desmatamento para criação de gado (Mapa..., 2014; Tomasi, 2018).

No perímetro interno da área geográfica onde se situa o Projeto Reça, restaram somente vestígios de sua ocupação pela presença de sítios arqueológicos de geoglifos e a descoberta corriqueira, pelos colonos, de objetos de cerâmica, equipamentos de caça e utensílios domésticos utilizados pelos índios, quando ali ainda residiam.

Seringais, seringueiros e início da mudança

O caminho natural para a ocupação “branca” da densa Floresta Amazônica da Ponta do Abunã foram o rio Purus e o afluente Ituxi pelo lado norte e os rios Madeira e Abunã pelo lado sul, quando o meio de transporte principal para locomoção de pessoas e abastecimento de mercadorias e equipamentos para os seringais eram as embarcações. Os rios foram os caminhos naturais utilizados na primeira e segunda etapa de ocupação da Ponta do Abunã.

A primeira etapa de ocupação pelos migrantes de origem nordestina ocorrida no primeiro ciclo da borracha – entre os anos de 1870 e 1915 – compreendeu o período em que os seringalistas montaram o sistema extrativo do leite da seringueira para fabricação da borracha, em um regime de trabalho de semiescravidão. A borracha, produto da força de trabalho dos extrativistas, era adquirida exclusivamente pelos “patrões”, que detinham o monopólio da compra da goma elástica e do fornecimento dos víveres para subsistência da mão de obra, a qual consideravam como sendo de sua propriedade.

Eram relações de produção semifeudais, pois continham elementos que se assemelhavam àquele modo de produção, senão em condições mais duras e penosas para os trabalhadores extrativistas que esse período histórico anterior.

Com a Revolução Acreana no começo do século XX e a incorporação de terras a oeste do Rio Madeira, formando o novo território do Acre, a região da Ponta do Abunã se consolida, agora com o domínio das terras de todo o lado esquerdo do Rio Abunã pelos seringalistas brasileiros, áreas antes em constante litígio com os bolivianos.

Com a crise da borracha devido à quebra do monopólio desse produto na Amazônia, pelos seringais de cultivo asiáticos, a partir de 1912, e a queda nos preços do produto, os seringalistas sofreram revezes drásticos, com a diminuição do número de seringueiros e a primeira grande crise nos seringais, em um período de longa letargia econômica.

Uma nova leva de migrantes nordestinos na região ocorreu no denominado segundo ciclo da borracha, entre os anos de 1939 e 1945, quando o governo brasileiro incentiva e organiza uma nova legião de sertanejos rumo à Amazônia com a finalidade de coletar látex e fabricar borracha para alimentar a indústria de guerra na Europa, por isso denominados “soldados da borracha”. Com o fim da guerra e nova queda no preço da borracha, esses seringueiros foram novamente abandonados pelo governo federal e pelos seringalistas, lutando como podiam para sobreviver na densa Floresta Amazônica.

A partir do ano de 1943, com a criação do território federal do Guaporé, por meio do desmembramento de áreas do estado do Amazonas e Mato Grosso, ocorreu uma nova onda migratória com a vinda de mais migrantes nordestinos e brasileiros de outras partes do País, ainda em decorrência da política da borracha do governo federal. Foram criadas pequenas colônias agrícolas entre o final dos anos de 1940 e ao longo da década de 1950, nas proximidades de Porto Velho e Guajará-Mirim (Cunha; Moseri, 2010).

O território federal do Guaporé passa a ser denominado território federal de Rondônia no ano de 1956, com o intuito de dar novos ares ao almejado desenvolvimento regional. Entretanto, não se verificou expressão em termos de expansão econômica e dinamização social, com o último suspiro dos seringais em

crise. Os seringais da Ponta do Abunã não passariam incólumes e em agonia se antevia o decreto do seu fim nas próximas duas décadas.

Entretanto, no primeiro e segundo ciclo de ocupação do território, a convivência dos nordestinos com os indígenas nativos fez surgir uma considerável miscigenação racial, a qual proporcionou um grande aprendizado no manejo dos recursos naturais, costumes e tradições das populações extrativistas.

Essa miscigenação e incorporação de costumes e tradições influenciam até os dias atuais a cultura daqueles que são denominados povos da floresta e que ainda persistem na Ponta do Abunã.

Consolidação do uso atual da terra

Na terceira etapa de ocupação se configuram os atores e o modo de produção hoje vigente na Ponta do Abunã, com a chegada das madeireiras, dos pecuaristas, agricultores e da mudança de atividade dos seringueiros que tiveram que se adaptar ao novo sistema predominante, ou abandonar a terra e migrar para as cidades.

Sob o pretexto de garantir o desenvolvimento, integração, segurança, proteção e soberania nacional, avançaram as obras de infraestrutura, principalmente com a abertura de rodovias e reorganização da estrutura fundiária. Houve a venda de seringais a preços módicos a empreendedores e especuladores para atividades agropecuárias e brusca mudança no modo de uso da terra, com a predominância do novo modelo agropecuário baseado no desmatamento e cultivo para criação de animais – principalmente bovinos – sobre o extrativismo da borracha e castanha.

De fato, essa etapa fica marcada pelas políticas do governo federal, criadas na década dos anos de 1960, e pela “corrida para o oeste”, principalmente com a abertura da rodovia federal BR-364, mas se concretiza quando essa mesma rodovia passa a oferecer melhores condições de tráfego, na década de 1970, e com a criação de dezenas de assentamentos rurais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e uma série de políticas de créditos e de apoio à infraestrutura e fomento à produção, culminando na transformação do território federal de Rondônia, no final do ano de 1981, em estado (Almeida; Mongelo, 2020).

A promoção e ação governamental estratégica de ocupação da Amazônia por meio do projeto militar para Amazônia, capitaneado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e os principais programas federais, quais sejam, Programa de Integração Nacional (PIN) e Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (Polonoroeste), além da implantação de órgãos federais de assistência técnica, crédito, armazenamento, incentivo à produção de borracha, café e cacau, dentre eles o Incra, Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Superintendência da Borracha (Sudhevea), Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Brasil, trouxeram a perspectiva de uma nova configuração socioeconômica na região (Almeida; Mongelo, 2020).

A redefinição da estrutura fundiária no período militar, em Rondônia, nas décadas de 1960 e 1970, está relacionada com a execução de políticas do governo federal, principalmente com a implantação de projetos de assentamento rurais, operacionalizados pela iniciativa privada e pelo poder público,

ambos sob a jurisdição dos órgãos oficiais de terras: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) entre os anos de 1964–1970, e Incra, após os anos de 1970 (Cunha; Moseri, 2010).

Os órgãos da reforma agrária tinham a missão prioritária de realizá-la, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União, mas os impedimentos ambientais da Amazônia, a pressão social pela terra, a falta de infraestrutura socioeconômica e a não observância da realidade cultural e desrespeito às populações nativas fizeram com que uma série de objetivos não lograssem êxito.

Nos anos de 1960 e início de 1970, centenas de áreas territoriais da União foram concedidas pelo governo federal a dezenas de empresas particulares para colonização privada e outras foram griladas e ocupadas irregularmente por especuladores e oportunistas. Uma série de conflitos e desorganização fundiária tomou conta da região de Rondônia (Cunha; Moseri, 2010).

Com a criação do Incra, houve a centralização de decisões e reorganização da estrutura das terras. O projeto fundiário de Rondônia, que abrangia todo o território, teve que ser extinto devido à imensa extensão da sua área de jurisdição e aos inúmeros problemas existentes. Dessa forma, ocorreram o desmembramento e a criação de quatro glebas federais (Alto Madeira, Corumbiara, Guajará-Mirim e Jaru-Ouro Preto) na primeira metade da década de 1970, denominadas, também, de áreas federais ou projetos fundiários, englobando todo o território de Rondônia (Figura 1.1), caracterizando uma nova etapa de ordenamento fundiário no estado.

Nessas quatro áreas federais, durante toda a década de 1970, criaram-se dezenas de projetos de colonização¹ de várias modalidades e tamanhos, dentre eles os projetos integrados de colonização (PIC), projetos de assentamento dirigidos (PAD), projetos fundiários (PF) e os projetos de assentamento agrícolas (PA), distribuídos ao longo da BR-364 no trecho Vilhena-Porto Velho, cortando Rondônia transversalmente ao meio, no sentido sudeste-noroeste, e ao oeste-noroeste, a BR-425, no trecho Abunã-Guajará-Mirim, e em adicional a extensão da BR-364 na margem esquerda do Rio Madeira em direção ao estado do Acre, no oeste, na área denominada de Ponta do Abunã.

Migrantes do Sudeste e, principalmente do Sul do Brasil, especialmente descendentes de alemães, italianos e poloneses com tradição agrícola, expulsos da terra ou com áreas insuficientes, pressionados pela modernização agrícola e grandes obras de infraestrutura como hidroelétricas e rodovias, começam a aportar em Rondônia em uma velocidade espantosa.

A propaganda oficial do governo federal, por meio da Operação Rondônia, e a oficiosa, por intermédio de convites de amigos e parentes mais próximos, atraídos pelo alarde de distribuição gratuita de terra pelo Incra e a promessa governamental de implantação de toda a infraestrutura de fomento à produção e assistência social, fizeram explodir a demanda por terra em Rondônia (Cunha; Moseri, 2010).

¹ Projetos de assentamento englobam, aqui, uma denominação generalista de várias categorias de projetos de colonização e reforma agrária como o projeto integrado de colonização (PIC), projeto de assentamento dirigido (PAD), projeto fundiário (PF) e o projeto de assentamento agrícola (PA).

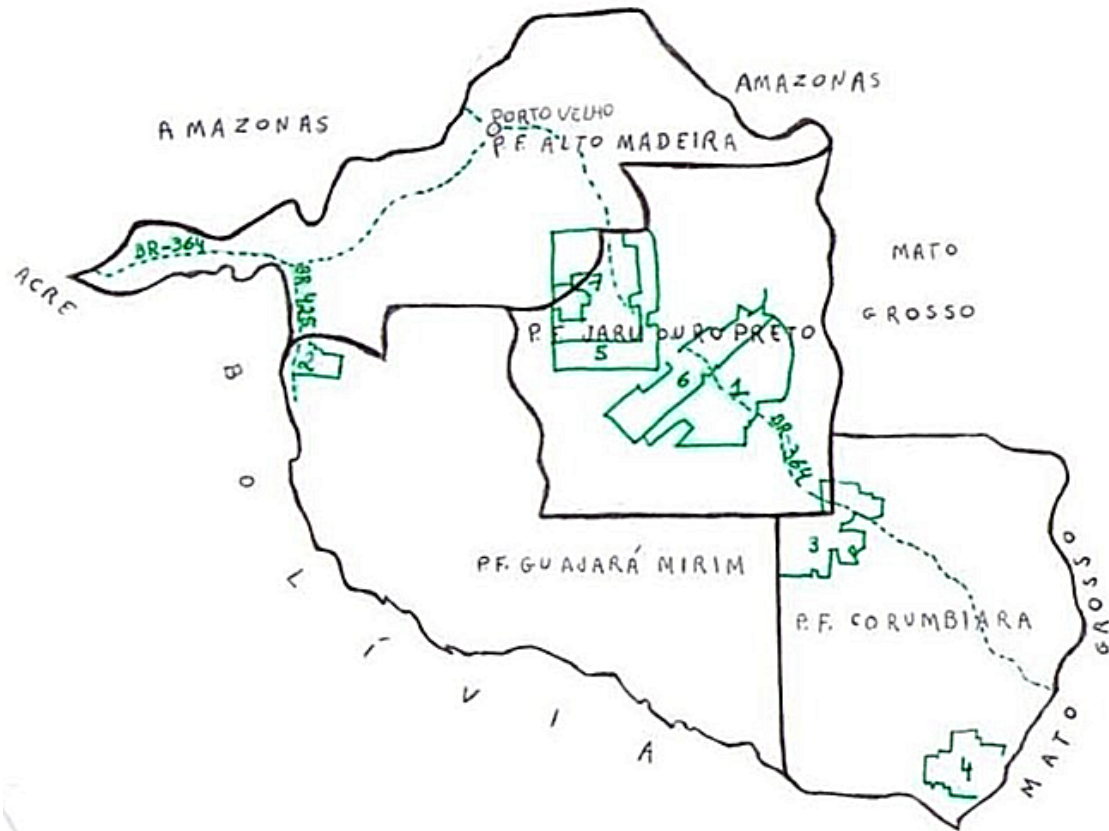


Figura 1.1. Projetos fundiários de Rondônia, 1971.

Fonte: Cunha e Moseri (2010).

Somados aos ex-garimpeiros e ex-extrativistas, que também viram na terra uma nova oportunidade de vida, os novos colonos acreditaram ter encontrado o “grande eldorado”, que logo se transformou em pesadelo, devido às dificuldades e mazelas do ambiente amazônico e à falta do prometido apoio governamental.

No final da década de 1980, as áreas de assentamentos rurais já ultrapassavam as centenas de projetos de colonização. Rondônia já estava “cortada”. O território, que em 1945 apresentava na divisão administrativa somente os municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim e nove distritos, passa a ter

dezenas de municípios na década de 1980, a maioria oriunda de núcleos urbanos no interior dos projetos de assentamento, dentre eles Ji-Paraná, Ouro Preto, Ariquemes, Pimenta Bueno, Cacoal, Rolim de Moura, Jaru, Buritis, Corumbiara, Colorado do Oeste, Theobroma, Santa Luzia, Cerejeiras, Castanheira, Cacaúlândia, Espigão do Oeste e Vilhena (Cunha; Moseri, 2010).

A arrecadação e discriminação, pela União, por meio do Incra, das glebas Euclides da Cunha, Nova Califórnia, Marmelo, Abunã e Ituxi, nas décadas de 1970 e 1980, propiciaram uma relativa regularização fundiária da Ponta do Abunã, embora os conflitos ainda

continuassem frequentes, devido à compra por particulares de áreas griladas, expulsão de posseiros extrativistas e instabilidade legal dos documentos de dominialidade da terra, tendo em vista a origem diversa em órgãos de regularização fundiária federais e dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, além dos títulos de propriedade expedidos pelo governo boliviano.

Foi criado o Projeto de Regularização Fundiária do Alto Madeira nas vilas Extrema e Califórnia, nas glebas Euclides da Cunha e Nova Califórnia no começo dos anos da

década de 1980, na região da Ponta do Abunã, aumentando o fluxo migratório de famílias do Centro-Sul, mas muitas já provenientes do sul do estado de Rondônia, onde não tinham terra ou eram insuficientes. Seringueiros e ex-garimpeiros também foram assentados pelo Inbra (Almeida, 2007).

Para uma avaliação mais contundente da explosão populacional ocasionada pelo fluxo migratório acelerado, no período de 1970 a 1990, em Rondônia, a população passou de 117 mil pessoas, para 1,13 milhão, um aumento de 875% em 20 anos (Figura 1.2).

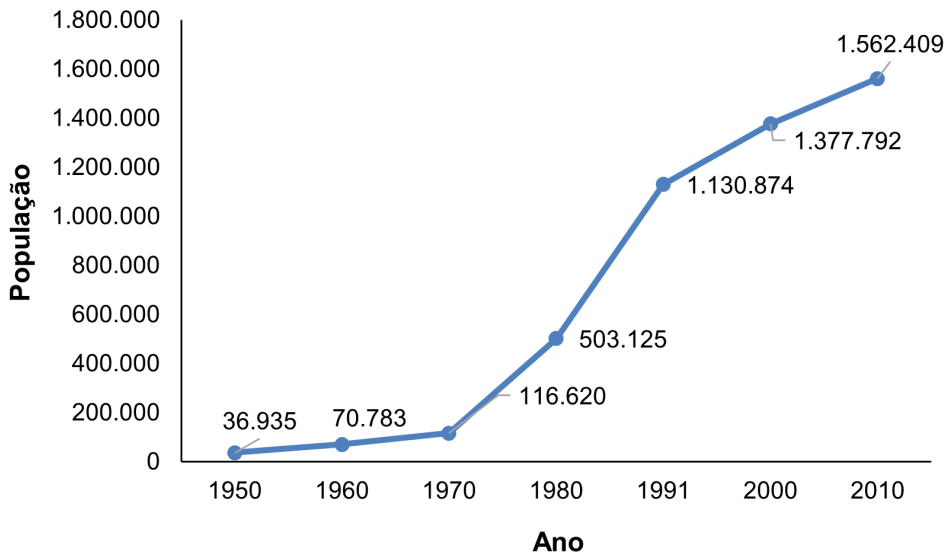


Figura 1.2. Curva de crescimento da população de Rondônia (1950–2010).

Fonte: IBGE (2020a).

Na atualidade (2020) Rondônia conta com 1,8 milhão de pessoas, 16 vezes a população de 50 anos atrás, quando se deu origem à grande imigração.

Como a economia de Rondônia está fortemente relacionada à cadeia produtiva da agropecuária, quase metade da vegetação natural do estado – composta em sua

grande maioria de floresta – foi desmatada (Figura 1.3), dando lugar ao novo uso da terra, com a predominância de pastagens e agricultura, onde os bois e mais recentemente os grãos dominam a produção rural. Não fossem as unidades de conservação e terras indígenas, por certo Rondônia estaria quase toda desmatada (Instituto Socioambiental, 2020).

A rodovia BR-364 passa pelo Rio Madeira, a partir da foz do Rio Abunã, em direção oeste, atravessando o Rio Marmelo e adentrando nos divisores hidrográficos naturais dos rios Ituxi e Abunã em direção ao estado do Acre, caracterizando a chegada dos sulistas à Ponta do Abunã no final dos anos de 1970 e durante a década de 1980, consolidando a nova ocupação e realidade socioeconômica.

Litígio territorial entre Acre e Rondônia

A Ponta do Abunã faz parte do município de Porto Velho e é hoje composta de quatro distritos, criados em anos distintos: Vista Alegre do Abunã (1981), Fortaleza do Abunã (1985), Nova Califórnia (1985) e Extrema (1995) (IBGE, 2020b).

O litígio pela posse territorial da Ponta do Abunã entre os estados do Acre e Rondônia, ocorrido com a indefinição político-administrativa deflagrada, ainda, na década de 1980, pelos atos de 1982, encerrou-se com a decisão judicial no Supremo Tribunal Federal, na década seguinte, no ano de 1996. O fato não está isolado das políticas de ocupação da região, principalmente daquelas ensejadas pelo Estado brasileiro, tendo em vista os interesses econômicos e geopolíticos. O fato é que as ações do Estado na área fundiária e de infraestrutura de transportes, quando criou os projetos de assentamento, incentivaram a imigração de agricultores e abriram e pavimentaram a rodovia federal BR-364, proporcionando uma nova realidade no território.

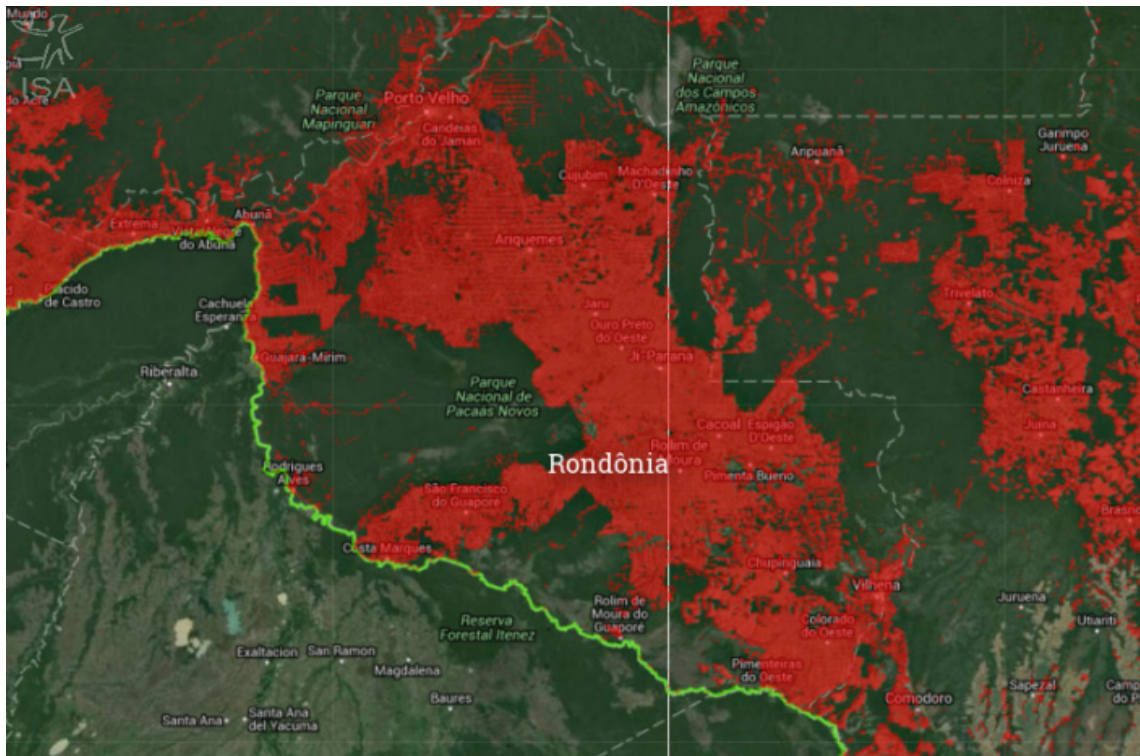


Figura 1.3. Áreas desmatadas em Rondônia – 2019.

Fonte: Instituto Socioambiental (2020).

O principal fator de litígio se deu em decorrência do abandono pelo Estado daquelas populações, sejam agricultores, pecuaristas, seringueiros, indígenas ou comerciantes, que se viram privados dos serviços sociais públicos, obras de infraestrutura de produção e comunicação e garantias mínimas de sobrevivência digna.

Na década dos anos de 1980, o estado do Acre, por se achar dono do território devido às suas relações econômicas e históricas com os seringueiros da região, e à indefinição das fronteiras estaduais, cria uma série de órgãos de apoio às populações das vilas Extrema e Califórnia, como escolas, postos de saúde, delegacia e quartéis de polícia, órgãos de assistência técnica. Ao mesmo tempo, começa a apoiar a recuperação de estradas vicinais, abertura de ruas, implantação de energia pública, e a Igreja Católica se torna mais presente. De fato, essas atitudes dos governantes do Acre à época agudizaram o conflito com Rondônia pela posse do território.

Abandonados pela administração pública, os moradores das vilas Extrema e Nova Califórnia começaram a radicalizar na década dos anos de 1980. As populações dessas localidades mantêm relações sociais e comerciais, tanto com Rio Branco, capital do Acre, que se encontra a 180 km–150 km, quanto com o estado de Rondônia, do qual fazem parte. As vilas estão distantes de Porto Velho, sede municipal e capital dessa unidade federativa, cerca de 360 km–350 km.

A proximidade com o Acre propicia aos moradores das vilas uma maior procura pelos serviços prestados, como os bancários e de saúde. Portanto, o relativo isolamento das localidades com relação às áreas centrais de seu estado aprofunda seus laços de relações com o estado acreano (Almeida, 2007, p. 49).

Atualmente, alguns órgãos estaduais de Rondônia se fazem presentes com escritórios nos distritos de Nova Califórnia e Extrema e nos demais localizados na região da Ponta do Abunã.

A realidade ensina que quando o poder público se ausenta de áreas de fronteira de ocupação, ocorrem tensões sociais e conflitos de toda a ordem.

Com a consolidação do novo modelo de ocupação, na região da Ponta do Abunã, encravada no sul do Amazonas, leste do Acre, oeste de Rondônia e norte da Bolívia, nos anos de 1980–2000, há uma nova corrida pela posse da terra, com o estabelecimento de um novo ordenamento territorial. Tomasi (2018, p. 3) assim define com perspicaz primazia essa nova realidade:

A região do sul de Lábrea está inserida num contexto diferente da sede municipal ou de regiões ribeirinhas interiorizadas do município; caracteriza-se, atualmente, por ser o prolongamento dos vetores de pressão oriundos do corredor da BR-364, que rasga a divisa entre Rondônia, Amazonas, Acre e a Bolívia. É uma região que envolve mazelas e ingerências típicas do *front* de expansão da fronteira do desmatamento: evasão de divisas, extração seletiva ilegal de madeira, grilagem de terras públicas, corte raso e degradação florestal, abertura de novas áreas para pastagem, aumento da atividade pecuária, conflito agrário, morte e violência no campo.

Nesse contexto, uma nova territorialidade e cultura foi e ainda está sendo delineada e moldada na região da Ponta do Abunã.

As identidades territoriais construídas envolvem não só as questões materiais, pertinentes ao político e econômico, mas envolvem também questões subjetivas, mais ligadas à cultura e aos laços de afetividade e identidade, mantidos entre as vilas e os dois estados. O mais importante, neste momento, não é discutir a quem pertence aquela localidade, pois acreditamos ser esse um

discurso já superado, mas compreender o modo de vida daquelas comunidades, suas formas de organização, suas formas de produção e como melhor, politicamente, o Estado pode resolver essas questões que há muito tempo têm sido entrave para a realização de muitas ações, não só públicas, mas também investimentos privados (Almeida, 2007, p. 132).

O poder público e as ações do Estado, assim como as iniciativas da sociedade civil estabelecem novos modos de uso da terra, criam novas identidades, lutas pela hegemonia do poder político e vão moldando o território, sendo resumidos por Almeida (2007, p. 128-129) dessa forma:

Assim, a Ponta do Abunã se construiu tanto a partir de articulações políticas do Estado como a partir da reconstrução de identidades, tendo como base a busca pela terra, trabalho e moradia, num movimento de continuidade, permeado por conflitos políticos e a busca por uma autonomia política, na construção do território. As novas definições quanto a esse território continuarão a depender também das ações do poder público, que sempre teve seu papel articulador na Ponta do Abunã (e em geral na Amazônia), e das novas relações espaciais que se estabelecem a partir daí.

É nessa última etapa de ocupação, durante e após a década dos anos de 1980, que surge o Projeto Reça.

Projeto Reça

A Associação de Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reça) fica localizada no distrito de Nova Califórnia, ao oeste da região da Ponta do Abunã, na divisa entre o estado de Rondônia, Acre e Amazonas, no município de Porto Velho, RO.

Antecedentes: tempos difíceis

A comunidade Nova Califórnia, antiga localidade Santa Clara, surgiu de um assentamento de produtores rurais implantado pelo Incra, em 1984, nas glebas Euclides da Cunha e Nova Califórnia, situadas às margens da BR-364, km 150, no sentido Rio Branco/Porto Velho, em uma região de fronteira entre os estados do Acre e Rondônia, no sudoeste da Amazônia Ocidental, no projeto fundiário do Alto Madeira, criado em setembro do mesmo ano. O Incra, em decisão tomada em reunião geral com os residentes na comunidade, destinou uma área de terra para a formação de um núcleo urbano, que recebeu o nome de vila Nova Califórnia. A decisão, além de representar a criação de uma infraestrutura de apoio à administração do projeto fundiário e sua integração com os parceiros, também significou uma estratégia adicional do órgão para assegurar a legitimidade e o reconhecimento jurídico da propriedade, uma vez que a instituição mantinha uma ação contra os antigos proprietários dessas terras, visando consolidar a desapropriação para fins de reforma agrária e colonização (Carvalho, 2000).

Segundo Franke (2005), o Incra demarcou uma série de seringais (Triunfo, Santa Clara, Extrema, Novo Oriente, Nova Vida, Mucambo, dentre outros) e ali instalou o Projeto de Regularização Fundiária do Alto Madeira, na denominada gleba Euclides da Cunha.

Em 1980 o Incra identificou e discriminou a área. Em 1982 demarcou os lotes, abriu os primeiros picadões e foi entregando os lotes com apoio fundamental dos antigos moradores, completando essa etapa em 1985 (Franke, 2005). Depreende-se que as primeiras famílias imigrantes sócias do Reça chegaram a Nova Califórnia na primeira metade da década dos

anos de 1980. O processo de identificação, discriminação, desapropriação fundiária até a entrega dos últimos lotes demorou 5 anos.

Devido à inexistência de apoio do Estado quanto à infraestrutura social e produtiva, um grande contingente desses novos migrantes, colonos assentados nos lotes da vasta floresta tropical, largados à sorte e sem a mínima segurança, começou a vender e/ou abandonar suas terras, pois aprendeu com seus ancestrais a plantar e produzir na terra do modo convencional os cultivos próprios das suas regiões de origem.

As causas principais da transferência, desistência, venda e abandono das terras nos projetos de assentamento em Rondônia foram assim caracterizadas por Cunha e Moseri (2010): deficiência de infraestrutura interna (acesso, habitação, eletrificação rural); baixo índice de produção e rentabilidade da unidade familiar produtiva; falta de serviços de educação, saúde, lazer, comunicação, transporte, armazenamento e nutrição.

Nos primeiros anos de vida no lote, a moradia provisória não passava de um barraco ou tapiri com paredes de paxiúba, cobertura de palha ou tabuína e piso de chão batido. Os móveis e utensílios domésticos eram poucos e a chuva muitas vezes invadia o barraco. Com o passar do tempo e a obtenção de algum recurso financeiro resultante das primeiras colheitas, os migrantes foram substituindo suas moradias por casas, na maioria das vezes de madeira serrada, com piso de madeira ou cimento e cobertura de telha de barro (Cunha; Moseri, 2010).

Mesmo com pouca ajuda, muitos assentados conseguiram desenvolver com recursos próprios suas propriedades. Conversando e dialogando com as pessoas se observou o sentimento de superação das dificuldades dos

primeiros anos no assentamento e da vitória, por terem construído suas vidas no Reca.

Origem do Reca

Logo após o primeiro ano de implantação do projeto de regularização fundiária foi fundada a Cooperativa Mista Agropecuária do Alto Abunã (Coopermab) que em seus dois primeiros anos de existência, além de atividades específicas, funcionou também como meio de catalisação de ideias e aspirações da comunidade, cuja dinâmica associativa convergiu posteriormente para a criação do Projeto Reca (Carvalho, 2000).

A interação da população nativa (o seringueiro) que permaneceu no Projeto de Regularização Fundiária do Alto Madeira com a população imigrante (na maioria proveniente do Centro-Sul) foi difícil nos primeiros tempos. A causa foi a grande diferença no modo de explorar os recursos naturais, trabalhar a terra, as comidas, músicas, a forma de falar, ou seja, culturas e estilo de vida distinto.

O que poderia ser um problema transformou-se em um fator positivo e a integração de culturas enriqueceu o ambiente dessa sociobiodiversidade. Houve intensa troca de experiências e aprendizado na valorização da natureza. Chegaram à conclusão de que existiam problemas e pretensões comuns. Então se uniram e fizeram o Projeto Reca, que tem como principal finalidade a implantação e consolidação de sistemas socioeconômicos adaptados à realidade e ambiente local, que busca a melhoria da qualidade de vida de seus associados de modo ecologicamente equilibrado (Franke, 2005).

A instituição Reca tem sua origem na união entre a paróquia da igreja católica na época, associação do ramal Pioneiros e associação

da Linha 05, as quais apresentaram o Projeto Reca aos financiadores (Diocese de Rio Branco e uma instituição holandesa chamada Cebemo) e posteriormente fundaram a associação do Projeto Reca.

O projeto inicial foi aperfeiçoado após contato com o Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (Ceris), no Rio de Janeiro, que ajudou com a reformulação do projeto que dava início ao Reca (Projeto Reca, 2020, *home page* institucional).

Esses eventos ocorreram na segunda metade dos anos da década de 1980, promovidos por agricultores no interior do Projeto de Regularização Fundiária do Alto Madeira, na vila Nova Califórnia.

Para fugir do processo histórico de violência, expulsão, expropriação no campo e ausência do poder institucional do Estado, no distrito de Nova Califórnia, município de Porto Velho, RO, algumas pessoas das mais diversas origens se uniram para lutar contra as adversidades e acreditaram que era possível serem protagonistas da própria vida, quando conceberam e criaram o Projeto Reca, nos anos de 1988–1989 (Silva; Suárez, 2009).

Modelo organizacional

O Projeto Reca é formado por uma associação e uma cooperativa de produtores. A Cooperativa Agroflorestal do Projeto Reca (Cooper-Reca) foi criada em 2006 para superar os gargalos da compra da produção primária e da comercialização. O Reca possui atualmente dez grupos de produtores e aproximadamente 300 sócios organizados na área rural; cada grupo possui um líder e um coordenador para representar o Reca em seu dia a dia e nas discussões de trabalhos. O líder é quem organiza os trabalhos de grupos, como por exemplo:

mutirões, reunião, confraternizações, dentre outros. Já o coordenador cuida dos trabalhos mais direcionados à organização do Reca, como execução e fiscalização de projetos, representa a associação em eventos externos, participa das discussões para execução de atividades como construções, compra de veículos, além de outras responsabilidades. “Os grupos são considerados o alicerce de todo o nosso querido Reca” (Projeto Reca, 2020, *home page* institucional).

A mulher tem prioridade na valorização de gênero, sendo representada no Reca por meio da presidenta do grupo de mulheres. Cada um dos dez grupos de associados do Reca tem uma representante mulher, que participa da reunião de coordenação e ajuda no planejamento e tomadas de decisões. Nas reuniões elas discutem e planejam suas ações nos grupos e na coordenação, ocupam funções no campo técnico, financeiro e em outras esferas administrativas ou nas agroindústrias. Além desses trabalhos, as mulheres têm uma participação ativa na gestão da unidade familiar, ajudando na administração da propriedade, dos plantios, na educação dos filhos, participam dos encontros de formação e têm um papel importante na sustentabilidade da unidade familiar. Croda (2019, p. 42) cita o depoimento de uma sócio-fundadora:

O Reca foi um projeto que veio para a família. As mulheres sempre estiveram presentes, desde o início, tanto no trabalho quanto nas tomadas de decisão.

Há outras instâncias denominadas equipe de comercialização e apoio à execução do Reca, equipe do conselho fiscal e equipe de execução do Reca. Nessa última existem as funções de coordenador técnico e diretor-presidente, os quais ocupam os cargos por 2 anos com possibilidade de recondução por igual período.

A assembleia é a instância máxima de deliberação e tomada de decisão. Anualmente são realizadas duas assembleias gerais. A primeira, a Assembleia Geral Ordinária (AGO), ocorre entre os três primeiros meses do ano, e a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) pode ser realizada em qualquer época do ano, conforme a necessidade. Nas assembleias gerais, todos os associados se reúnem para discutir e tomar as decisões finais sobre a aprovação de balanço de safra e demais assuntos de interesse. A cada 2 anos ocorrem a mudança e eleição da diretoria ou recondução como mencionado anteriormente. Esse processo é realizado por ocasião da AGO (Projeto Reca, 2020). Atualmente a mudança ocorre a cada 4 anos.

A coordenação é composta por agricultores associados do Reca e há sempre um rodízio entre eles. A maior parte da execução também é realizada pelos associados, considerando-se esse fator de extrema importância para a existência do Reca, pois “quando você é dono é claro que você vai cuidar muito mais e se preocupar com o futuro da instituição” (Projeto Reca, 2020, *home page* institucional). Trata-se de um modelo de gestão colegiado e descentralizado, o que permite ampla participação e democracia interna.

Os objetivos principais da instituição são a organização dos produtores, implantação, manutenção e monitoramento de sistemas agroflorestais (SAFs) – destacando-se, principalmente, os modelos comerciais multiestratos compostos de uma variedade de espécies perenes e semiperenes –, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais, serviços ambientais, conservação e preservação do meio ambiente, fixação do homem ao campo e melhoria da qualidade de vida.

A maior parte das famílias (55%) de Nova Califórnia (Porto Velho, RO) reside na zona rural (Maciel et al., 2017). De acordo com Croda (2019), “os SAFs representam a principal fonte de renda para todas as famílias entrevistadas e, por vezes, a única”. Os autores afirmam que esse fato ocorre devido à relevância dos SAFs para a geração de renda, qualidade de vida das famílias e permanência no campo. Em seus estudos observaram que as famílias incentivam os jovens a dar continuidade aos trabalhos com SAFs e promover o desenvolvimento rural local.

Evolução das plantações, agroindústrias, sede administrativa e equipamentos de apoio

A evolução dessa associação e seu processo de modernização estão centrados nas lavouras de SAFs, na agroindustrialização da produção, na gestão administrativa e na comercialização.

Depois da fundação do Reca, em 19 de fevereiro de 1989, a associação contava com aproximadamente 80 sócios. Em 2005 o quadro era de aproximadamente 370 sócios, distribuídos em 240 famílias, representando 160 unidades produtivas, sendo os SAFs o pilar da sustentabilidade produtivo-econômica. Nessa época, indiretamente, mais de 80 famílias, que representavam 50 unidades produtivas, também comercializavam sua produção agroflorestal no Reca (Franke, 2005).

Após a constituição do Reca, os agrossilvicultores começaram a cultivar os SAFs. Na primeira fase do Reca (1989 a 1994), os agrossilvicultores implantaram, em maior escala, três espécies nativas da Amazônia: cupuaçu, castanha-do-brasil e pupunha.

Em um segundo momento (1995 a 2004), são implantados os SAFs com pupunha para palmito e a cultura do café, em sua grande maioria consorciados com espécies florestais madeireiras e outras palmáceas.

No início do Reça, as reuniões eram realizadas embaixo de árvores nos quintais das casas. Após algum tempo foi adquirida uma pequena casa e construído um escritório. Logo em seguida, com o apoio financeiro de organizações parceiras, foi comprado um terreno com um barracão grande, onde começou, em 1992, o beneficiamento das polpas de frutas de forma artesanal. Em 1994 foi inaugurada a primeira unidade de beneficiamento de polpas de frutas, ampliada duas vezes. Houve a necessidade de construção de uma nova planta de processamento, pois, com a ampliação da produção primária, a capacidade da atual beneficiadora já não atendia à demanda crescente (Projeto Reça, 2020).

Nos anos de 1991 e 1992 o despulpamento dos frutos de cupuaçu foi feito manualmente na maioria das primeiras propriedades que estavam começando a produzir o cupuaçu. O primeiro financiamento da Agência de Cooperação da Igreja Católica Holandesa (Cebemo) somente viabilizou a implantação das culturas e organização do grupo de produtores, não logrando êxito para cobrir os custos da implantação de uma unidade de beneficiamento dos frutos provenientes dos SAFs, em particular do cupuaçu. Entretanto, sobram recursos financeiros para adquirir o terreno e comprar equipamentos de beneficiamento para frutos de cupuaçu.

Em 1999 foi inaugurada a unidade de beneficiamento de palmito. Essa operação funcionou quase sempre com demanda ociosa, devido à falta de matéria-prima. Havia

programas de expansão das áreas de plantio de pupunha para palmito, com previsão de aumentar o fornecimento do produto primário, porém o cenário sempre foi desafiador para continuidade dos trabalhos com palmito e continua até hoje.

No ano de 2002 começou a operar a unidade de produção de óleos em um pequeno barracão, onde era extraído o óleo de castanha e a manteiga de cupuaçu. Nos dias atuais, em uma agroindústria mais moderna e com capacidade superior, também são beneficiados os óleos de andiroba e maracujá.

Desde 2005, o Reça possui em sua infraestrutura de beneficiamento de produtos agroflorestais despulpadoras, máquinas de extração de óleo, câmaras frigoríficas e secadores de sementes de cupuaçu, unidade de beneficiamento para processamento de palmito e semente de pupunha, uma unidade administrativa e um centro de treinamento de produtores, técnicos e público em geral, demonstrando certa consolidação (Franke, 2005).

O cupuaçu, pupunha, açaí e a castanha são, por assim dizer, os carros-chefe de matérias-primas das agroindústrias do Reça nos últimos anos. Do açaí, cupuaçu e castanha extraem-se a polpa, semente e amêndoa, e da pupunha o palmito e a semente.

Ao longo da cadeia dos principais produtos é verificada a preocupação dos sócios do Reça com o aproveitamento de resíduos, por meio da reciclagem e fabricação de compostos orgânicos, como o biofertilizante, que são aplicados em áreas dos SAFs, visando diminuir o uso de fertilizantes químicos, fortalecer as plantas e aumentar a produtividade, como argumenta uma técnica do projeto:

Os biofertilizantes são muito mais econômicos do que os fertilizantes químicos, uma vez que são feitos a partir de matéria-prima que o agricultor já possui na propriedade, fazendo com que a agricultura se torne mais sustentável e menos agressiva para o ambiente (Projeto Reca, 2020, *home page* institucional).

Essa prática atende, ainda, à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da destinação correta desses resíduos, minimizando possíveis impactos ambientais e o uso de insumos agrícolas químicos externos.

Os resíduos sólidos provenientes do beneficiamento de produtos das agroindústrias de frutas e de palmito, principalmente de cascas e caroços de cupuaçu, pupunha e açaí, como também a torta de cupuaçu, andiroba e castanha (resíduos da prensagem para extração de óleo), são destinados atualmente à produção de composto orgânico, chegando a aproximadamente 500 toneladas em 2020.

É preciso ressaltar a existência da equipe técnica do Reca, responsável por orientar os produtores no que diz respeito ao manejo dos SAFs, produção e aplicação de fertilizantes, técnicas de controle da vassoura de bruxa e da broca-do-cupuaçu (assim como outras pragas e doenças), apoiar a organização de reuniões e eventos, bem como a diretoria nas atividades técnico-administrativas da instituição. A equipe é composta por técnicos em agropecuária, muitas vezes com formação de base em escolas Família Agrícola.

Na atualidade o Reca possui um centro de difusão e tecnologias, constituído por um dormitório, um refeitório, um auditório para reuniões e salas de escritório. Esse centro é utilizado para os encontros, reuniões e atividades da associação e também da cooperativa Reca. A instituição recebe visitantes em geral, tais como, alunos de escolas municipais, estaduais

e técnicas, universidades, institutos de ensino, pesquisadores, agricultores e seringueiros de outras regiões e também pessoas de outros países. Nesse centro são realizadas reuniões internas, de coordenação, diretoria e assembleias; também é disponibilizado à comunidade de Nova Califórnia para reuniões sobre estradas, saúde, mutirões de documentação, dentre outros (Projeto Reca, 2020). Dispõe ainda de um escritório central onde é feito todo o controle da associação, recebimentos e pagamentos, balanços, prestações de contas, dentre outras atividades administrativas.

Atualmente o Reca conserva e mantém três unidades de beneficiamento (polpas de frutas, palmito de pupunha e gordura vegetal e óleos); uma unidade de tratamento de resíduos e produção de biofertilizantes e composto orgânico, proveniente da utilização dos resíduos da produção de palmito, de polpa e gordura vegetal de cupuaçu e caroços de açaí, entre outros materiais orgânicos que dão origem ao composto; e uma unidade de produção das sementes de pupunheira (registrada no Ministério da Agricultura e certificada) (Projeto Reca, 2020) (Figura 1.4).

Importância estratégica da agroindustrialização e comercialização de produtos

Os plantios de cupuaçu dos SAFs começaram a produzir no final de 1991 e meados de 1992, quando a estrutura de beneficiamento agroindustrial era inexistente. Por isso, para beneficiar a produção e aumentar o valor agregado dos produtos, o Reca priorizou a implantação de agroindústrias de beneficiamento, visando garantir seu armazenamento, conservação e comercialização.



Foto: Acervo do Projeto Reça

Figura 1.4. Vista das unidades de produção do Projeto Reça.

Assim foram implantadas as unidades de beneficiamento de cupuaçu, açaí, pupunha e castanha, com o apoio técnico e participação financeira de parceiros, pois, logo se verificou que a falta de infraestrutura para processar e armazenar é um dos principais entraves para valorizar e comercializar os produtos dos SAFs, cabendo aos produtores do Reça o maior aporte de recursos.

A experiência para a comercialização da produção do Reça foi sendo adquirida no dia a dia pelos próprios produtores e a coordenação. Desde o início da produção dos SAFs, em 1991, o Reça foi acumulando competência para acesso ao mercado e comercialização. Assim, após estudos e levantamentos realizados pela Fundação Pró-Natureza (Funatura), Movimento Laico Italiano da Igreja Católica Italiana para a América Latina (MlIal), Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre), relacionados ao mercado para produtos agroflorestais,

principalmente cupuaçu, pupunha, açaí e castanha, o Reça pôde compreender e traçar estratégias para comercialização da produção.

A participação em feiras de negócios, bolsas solidárias de venda de produtos agroflorestais de pequenos produtores, contratos diretos com grandes atacadistas e rede de supermercados, estabelecimento de vendedores representantes, comercialização conjunta com outras entidades de pequenos produtores, comercialização direta com o consumidor e varejistas, montagem de pontos de venda, dentre outras formas de negociação, foram as estratégias adotadas para comercializar os produtos agroflorestais do Reça.

Assim, a comercialização ganha impulso. São visitados vários clientes em todo Brasil e o Reça começa a participar ativamente da Feira de Produtos Agroflorestais do Acre (Flora); feiras de negócios do Serviço Brasileiro

de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em todo Brasil; Feira de Produtos da Amazônia (organizada pelo Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, Ministério do Meio Ambiente – MMA e várias ONGs); e de várias redes de comercialização solidária de produtos de pequenos produtores (Rede de Comercialização de Pequenos Agricultores – Recopa, Tucumã). Assim, torna-se membro de várias bolsas de comercialização, com destaque para a Bolsa de Produtos Amazônicos, por meio de cooperativas e associações de produtores parceiras (Cooperativa Central de Produtores do estado do Acre – Coopec, e Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste – APA). Além disso, torna-se membro de uma rede de comercialização de produtos agroflorestais entre pequenos produtores de países da Amazônia Ocidental, envolvendo Peru, Bolívia e Brasil.

A partir de 1998 o Reca estabelece uma rede de representantes em outras regiões do Brasil, o que agiliza o processo de comercialização de seus produtos agroflorestais. Desde então evolui consideravelmente na comercialização de seus produtos. Entretanto, a insuficiente profissionalização e especialização em mercado para comercializar os produtos do Reca dificulta as vendas com vantagem competitiva, devido à ausência de um sistema de prospecção eficaz, capaz de melhorar o desempenho financeiro da instituição, em benefício dos sócios, obstáculo que pode ser corrigido, dada a sua capacidade de superação de ameaças e dificuldades.

A certificação é uma das prioridades para valorizar os produtos do Reca e atingir novos mercados. Para isso, a instituição conta com parcerias de entidades certificadoras, desde o processo de capacitação dos produtores, preparo das áreas de SAFs e beneficiamento. Além disso, possui dezenas de unidades

produtivas certificadas e outras em processo de conversão para a certificação dos produtos da sociobiodiversidade dos SAFs e florestas, em um trabalho de conscientização, preparo, treinamento e capacitação da maior quantidade de áreas possíveis dos sócios do projeto.

O fortalecimento de divulgação e comercialização dos produtos regionais que tenham em seu processo produtivo a incorporação dos conceitos de sustentabilidade é uma das prioridades do Reca. A conclusão de um centro de exposição e comercialização de produtos alternativos é uma estratégia da organização.

Parcerias institucionais

O Reca valoriza as relações com os parceiros, nas áreas comerciais, educacionais, científicas, tecnológicas e de gestão, informação e comunicação. Por meio de instrumentos formais de cooperação, estabelece contratos de parceria com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais da sociedade civil. A valorização das parcerias pode ser verificada pelos créditos de reconhecimento do Reca expostos nos eventos, nos meios de comunicação públicos e nas redes de comunicação institucionais, denotando o modelo de governança transparente e democrático adotado pela instituição.

As parcerias e alianças estratégicas do Reca e a comunidade acontecem na área de prestação de serviços, captando recursos financeiros, como articuladoras dos processos de organização comunitária, de repasse de conhecimentos técnicos, elaboração de projetos ou oferecendo cursos sobre educação básica ou saúde, utilizando-se várias metodologias para a consecução das atividades propostas, como instrumento

para promover a organização institucional (Franke, 2005). Há parcerias, principalmente, em projetos relacionados a fomento para ampliação da área plantada com SAFs, aumento da capacidade de beneficiamento e armazenamento via construção ou modernização das fábricas e ainda projetos de recomposição ambiental de matas ciliares e nascentes (Projeto Fontes Novas/Petrobras e Projeto Concretizar/BNDES) (Projeto Reça, 2020).

Além das instituições nacionais e estrangeiras já referidas, outros órgãos públicos e privados de pesquisa e de assistência técnica, creditícia e financeira também foram fiadores dessa iniciativa e muitos deles até hoje continuam cooperando ativamente com os produtores e dirigentes da organização.

Verifica-se que o Reça prioriza o diálogo como ferramenta principal nas relações com os parceiros, o que proporciona a união de esforço e trabalho na valorização dos avanços e superação dos desafios estratégicos e na elaboração de projetos e ações operacionais que fortalecem o desenvolvimento socioeconômico local e a conservação ambiental da região de abrangência da instituição (Tabela 1.1).

Entre tantos parceiros, uma série de organizações governamentais e não governamentais e programas e fundos, não citados na Tabela 1.1, foram extremamente importantes para a evolução do Reça e seus associados. Há também outros fundos, programas e organizações que foram e são relevantes para o Reça: Fundação Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Projeto de Proteção de Meio Ambiente e as Comunidades Indígenas (Pmaci), Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo/Bird), Plano de Dados Abertos do Ministério do Meio Ambiente/Programa Piloto para a Proteção

das Florestas Tropicais do Brasil (PDA/PPG7/MMA), Fundação Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob), Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural/Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (Denacoop/Mara), Ceplac, Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), SOS Amazônia, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia (ACS Amazônia), Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (Capina), Terra Madre e tantas outras.

Estudos e pesquisas

Os principais estudos e pesquisas dizem respeito aos trabalhos técnico-científicos de pesquisadores da Embrapa, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e de estudantes de graduação e pós-graduação de universidades do Brasil e do Exterior, mas também de instituições de pesquisa internacionais pertencentes aos governos, a empresas privadas e a organizações do terceiro setor do Brasil e de países com os quais há relações diplomáticas.

As universidades brasileiras, mas também estrangeiras de vários países desenvolveram estudos e pesquisas, principalmente com a finalidade de gerar informações e conhecimentos sobre a realidade do Projeto Reça e dos sistemas de produção agroflorestais. Geralmente, os conteúdos dos conhecimentos gerados são transformados em teses, dissertações, monografias e documentos institucionais.

Tabela 1.1. Principais parcerias realizadas pelo Reca desde sua fundação.

Instituição	Finalidade
Comissão Pastoral da Terra do Acre (CPT)	Auxiliar na assessoria, organização social e na elaboração e execução de projetos socioambientais
Divisão Administrativa da Igreja Católica do Acre (Diocese-AC)	Apoio religioso e comunitário da Igreja Católica na assessoria e organização social e de vivência de cristãos
Agência de Cooperação da Igreja Católica Holandesa (Cebemo)	Fortalecer a organização comunitária e produtiva dos agricultores do Reca, por meio do apoio à implantação de sistemas agroflorestais e aquisição de infraestrutura produtiva
Movimento Laico Italiano da Igreja Católica Italiana para a América Latina (Mlal) (mais tarde Bilance)	Fortalecer a organização comunitária e produtiva dos produtores do Reca, por meio da capacitação e apoio à implantação de sistemas agroflorestais
Comitê Católico contra Fome e pelo Desenvolvimento da França (CCFD)	Cooperar com a organização social e produtiva dos agrossilvicultores do Reca, por meio do planejamento estratégico e apoio financeiro
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	A Embrapa Acre, Embrapa Rondônia e demais centros de pesquisa da Embrapa na Amazônia e no Brasil sempre cooperaram com o Reca nos estudos dos recursos naturais, socioeconômicos, geração de tecnologias dos sistemas agroflorestais, beneficiamento de produtos agroindustriais e fortalecimento institucional
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)	Órgão do governo do estado do Acre e depois do estado de Rondônia, que por meio dos escritórios técnicos disponibilizou pessoal para o auxílio técnico e produtivo dos sistemas agroflorestais do Reca
Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre (Seater-AC)	Órgão do governo do Acre que apoiou ações nas áreas produtiva, social e de fortalecimento institucional do Reca
Fundação Pró-Natureza (Funatura)	Auxiliou na busca por canais de comercialização, em meados da década de 1990
Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre)	Organização de apoio a estudos, comercialização e mercados, capacitação em sistemas agroflorestais e fortalecimento institucional do Reca
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)	Cooperação na área científica e tecnológica de estudos de recursos naturais, sistemas agroflorestais e formação de estudantes
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)	Rede de ONGs da Amazônia em que o Reca é um dos participantes e auxilia na organização, articulação e fortalecimento institucional
Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA)	Apoiar a organização e capacitação de produtores e projetos de implantação de sistemas agroflorestais, beneficiamento de produtos e implantação de agroindústrias e infraestrutura institucional do Reca
Natura Cosméticos (Natura)	Atuar no setor de cosméticos de beleza e higiene pessoal apoiando a comercialização de produtos agroindustrializados e capacitação de pessoal do Reca. Atualmente faz parte de um programa de pagamento por serviços ambientais aos agrossilvicultores (Projeto Carbono)

Continua...

Tabela 1.1. Continuação.

Instituição	Finalidade
Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ)	Cooperação na área científica, tecnológica, inovação e desenvolvimento, com assessoria e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável e planejamento estratégico junto ao Reca
Centro de Estudos Rioterra (Rioterra)	Organização da sociedade civil de interesse público na área de inovação, ciência e tecnologia, que auxilia o Reca na formação socioeconômica, apoio a projetos ambientais e ações de desenvolvimento sustentável de populações locais
Amigos da Terra Brasil (Amigos da Terra)	Organização não governamental que apoia o beneficiamento, comercialização de produtos e fortalecimento institucional do Reca
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Promover a certificação das práticas e produtos para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do Reca
Instituto BioDinâmico (IBD)	Promover a certificação de produtos da sociobiodiversidade de produtores rurais
Secretaria de Educação do Estado do Acre (SEE)	Auxiliou o Reca na consolidação de infraestrutura educacional na implantação da Escola Família Agrícola (EFA)
Escola Família Agrícola Jean Pierre (EFA)	Educação e capacitação técnica de jovens na área agroflorestal por meio da metodologia Pedagogia da Alternância envolvendo professores e a família
Universidade Federal do Acre (Ufac)	Realizar estudos, pesquisas e extensão educacional e de capacitação de estudantes de graduação e pós-graduação, principalmente, nas áreas de ciências humanas e da terra, no Projeto Reca
Universidade Federal de Rondônia (Unir)	Realizar estudos, pesquisas e extensão educacional e de capacitação de estudantes de graduação e pós-graduação, principalmente, nas áreas de ciências humanas e da terra, no Projeto Reca
Federação dos Trabalhadores em Agricultura de Rondônia (Fetagro)	Participar de intercâmbios e capacitação de agricultores em sistemas agroflorestais e cooperação técnica e institucional
Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Acre (Fetacre)	Participar de intercâmbios e capacitação de agricultores em sistemas agroflorestais e cooperação técnica e institucional

Os pesquisadores da Embrapa, principalmente do Acre, vêm desde 1995 trabalhando em ações de pesquisa e desenvolvimento em apoio ao Projeto Reca, nas áreas de tecnologia de alimentos, melhoramento genético, manejo de solos, sistemas agroflorestais, além da análise socioeconômica dos sistemas de produção e fortalecimento institucional.

Dentre as ações de apoio realizadas pela Embrapa no Reca, por meio de cooperação técnica e científica, se destacam: seleção, caracterização e preservação de plantas

matrizes de pupunheira e cupuaçu; efeito de leguminosas sobre a sustentabilidade de SAFs; diagnósticos e análises socioeconômicas e caracterização do sistema de uso da terra com ênfase às práticas agroflorestais; monitoramento e avaliação dos principais modelos de SAFs; estudos sobre o sistema produtivo do cultivo de pupunha para palmito em associação com espécies florestais; estudos de entomologia e fitopatologia em SAFs; controle de qualidade nas agroindústrias de cupuaçu, pupunha, açaí e castanha;

levantamento, caracterização, biodiversidade e manejo de solos em SAFs e na região de abrangência; quantificação de carbono em SAFs e outros usos da terra no Reca.

O Inpa, Pesacre e Sebrae também realizaram uma série de estudos e pesquisas tecnológicas na área de solos, SAFs, socioeconomia, recursos naturais, biodiversidade, agroindústria de alimentos, execução de projetos cooperativos e capacitação institucional. Convém ressaltar que a pesquisa participativa foi fundamental para a absorção de conhecimentos e aprendizagem por parte dos produtores e um aprendizado para os pesquisadores. A Ufac e a Unir também figuram como instituições que realizam pesquisas no Reca, tanto nas áreas de ciências agrárias como em outras áreas do conhecimento.

Uma série de pesquisadores independentes e de instituições internacionais, intelectuais, artistas, governantes, políticos, técnicos e dirigentes de instituições bancárias também visitam constantemente o Projeto Reca, conhecendo sua forma de atuar, os agrossilvicultores e suas agroindústrias de beneficiamento de produtos e os processos de comercialização da produção.

Publicações do Reca em acervos bibliográficos

As principais bases de dados com documentos em acervos bibliográficos disponíveis ao público, sobre o Reca, foram localizadas no acervo documental da Base de Dados da Pesquisa Agropecuária – BDPA da Embrapa.

Na BDPA (Embrapa, 2020) os documentos estão disponíveis em 32 bibliotecas de centros de pesquisa da Embrapa em todo Brasil. Foram encontrados 96 acervos bibliográficos relacionados ao Reca e distribuídos,

principalmente, em documentos da série Embrapa (boletim de pesquisa, comunicado técnico, circular técnica, fôlder, pesquisa em andamento, documentos), anais de evento, livro, tese, dissertação, periódico, relatório, artigo, documento técnico, mapa, mídia eletrônica digital (CD, DVD, fita cassete) e folheto.

O conteúdo das publicações está relacionado principalmente à temática do manejo dos sistemas produtivos agroflorestais, avaliação socioeconômica, levantamento de recursos naturais, avaliação institucional e políticas públicas e comunicação. São apresentados resultados de pesquisa sobre avaliação do desempenho de SAFs e seus componentes, potencial dos solos, adubação, fitopatologia e entomologia, beneficiamento de alimentos, avaliação institucional do Reca, análise econômica dos modelos de SAFs e de mercado de produtos, diagnósticos socioeconômicos dos produtores, desempenho das agroindústrias, dentre outros.

A base de dados da biblioteca do Inpa também possui uma série de informações relacionadas aos estudos e pesquisas desenvolvidas pela instituição no Reca. Vários estudantes e pesquisadores do Inpa realizaram trabalhos técnico-científicos e exploratórios junto aos agrossilvicultores e às agroindústrias do Reca, com resultados promissores para ambas as instituições.

Na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Nacionais (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no site do catálogo de teses e dissertações (Catálogo..., 2020), foi possível identificar 17 teses e dissertações executadas diretamente no Reca. Esses estudos dizem respeito ao modelo de gestão e governança da instituição e aos sistemas produtivos agroflorestais dos associados

(solos, adubação, entomologia e uso da terra). Destacam-se em volume os estudos das universidades federais do Acre, Rondônia, Amazonas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Entretanto, os trabalhos técnicos e científicos publicados em uma série de eventos (disponíveis em anais dos eventos, dispersos e não levantados), em forma de artigos e resumos, palestras, diálogos, relatos de experiência, somam centenas de publicações e participações, inclusive de teses e dissertações feitas no Reca por universidades estrangeiras. Da mesma forma, artigos, documentários, entrevistas e reportagens em revistas, jornais (escritos e digitais) e televisões somam às centenas, visto a experiência inovadora de agrossilvicultores na Amazônia Ocidental.

Capacitação institucional e pessoal

As atividades de capacitação ocorrem de acordo com a demanda interna e são apoiadas por várias instituições parceiras, com a realização de cursos, palestras, oficinas de trabalho, dias de campo, dentre outros processos de aprendizagem, além da formação específica ligada aos jovens na propriedade rural feita na Escola Família Agrícola (EFA).

A base do Projeto Caminhar de capacitação, destinado à formação e qualificação de pessoal, envolveu: consolidar o processo de organização, capacitação e assistência técnica das famílias de associados; oportunizar a formação profissional e escolar aos jovens da zona rural da região da Ponta do Abunã com o apoio da Associação da Escola Família Agrícola dos Pequenos Agrossilvicultores (Aefapa); formar profissional técnico em agroindústria de processamento de produtos agrícolas e alimentos; e capacitar em gestão administrativa e organizacional.

Participação em eventos

Uma das estratégias do Reca é a participação em eventos diversos como forma de divulgação da sua história e de promoção institucional, utilizando a exposição por meios eletrônicos, preleções e outros materiais de mídia como livros, folhetos, rodas de conversa, dentre outros, visando à promoção, troca de informações e conhecimentos com especialistas, capacitação e divulgação.

Nesse sentido, os membros da diretoria, técnicos e produtores agroflorestais participam ativamente de uma série de eventos em todo o Brasil e no exterior, divulgando a instituição, sua história e prática, as agroindústrias, os produtos comerciais e as relações de parceria e formação de lideranças.

A participação do Reca em eventos técnicos, científicos, acadêmicos, educacionais, promocionais, comerciais, sociais, culturais, artísticos, esportivos dentre eles seminários, palestras, workshops, oficinas, congressos, simpósios, encontros, intercâmbios, feiras, exposições, fóruns, webinars, mesas-redondas, prêmios, cursos, jogos, dentre outros, demonstra o esforço corporativo para a evolução socioeconômica, técnica, cultural e de gestão.

Os eventos técnico-científicos dos quais o Reca participa estão relacionados à temática de sistemas agroflorestais, agroecologia, produção orgânica, fruticultura, alimentos, socioeconomia, Amazônia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Entre as atrações esportivas e culturais locais destacam-se a corrida do porco, a corrida do tobata e a festa da colheita, além de gincanas, concurso culinário de pratos típicos, concurso do maior cupuaçu e premiação e homenagem aos maiores produtores das principais culturas

da região. Esses eventos típicos buscam o entretenimento, a integração familiar e comunitária e valorização dos produtores rurais (Projeto Reca, 2020).

Comunicação e informação

O Reca conta sua história, parcerias e realizações por meio de vídeos disponíveis na sua *home page* e no acervo de instituições parceiras. Assim é possível visualizar e entender um pouco a trajetória e saga dos associados do projeto e da região em que se localizam, bem como suas relações com o meio ambiente, as formas de vida e sua origem, costumes e tradições.

São mostradas as experiências dos principais projetos de desenvolvimento socioeconômicos, de aquisição e produção de conhecimentos por meio de pesquisas, inovação, extensão, capacitação e infraestrutura produtiva e institucional. Os elementos da sociobiodiversidade arranjados no projeto são ricos, encantadores, virtuosos e não é exagero dizer que representam uma transição paradigmática de bem-viver e se relacionar com o meio em que habitam.

Nos meios informativos e na comunicação cotidiana da instituição mostra-se como a produção do Reca, a qual enfatiza o modelo de empreendedorismo e cooperação, prioriza a geração de renda, emprego, qualidade de vida e segurança alimentar de seus associados e da comunidade.

O Reca reconhece a influência das redes sociais digitais no processo de comunicação interna e externa, na divulgação institucional e tem avançado no processo de adoção dessa tecnologia nas relações socioeconômicas, mas denota-se a preocupação permanente com a manutenção dos aspectos culturais

promissores e virtuosos enraizados, na manutenção e fortalecimento institucional e de governança.

Os principais eventos nos quais se publicam as experiências e os trabalhos técnicos e científicos realizados no Reca são o *Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais*, *Congresso Brasileiro de Agroecologia*, *Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural*, dentre uma dezena de outros.

Reca: um laboratório para estudos, pesquisas e capacitação

Centenas de produtores rurais, estudantes, técnicos e empresários visitam rotineiramente as áreas rurais dos produtores do Reca e suas agroindústrias, área comercial e administrativa, para conhecer a experiência e o desenvolvimento socioeconômico da instituição.

O deslocamento é feito de forma individual, em caravanas organizadas por instituições de ensino, pesquisa, fomento agrícola, assistência técnica e extensão rural, capacitação profissional, crédito agrícola, beneficiamento e apoio tecnológico e ambiental. Dentre as instituições destacam-se universidades, centros de pesquisa agroflorestais, empresas de tecnologia, organizações de conservação ambiental, cooperativas e associações de produtores rurais, escolas de ensino fundamental e médio – principalmente escolas agrícolas.

As ações dos estudos, pesquisas, capacitação e busca do conhecimento são acordadas com a direção do Reca, que decide, após ouvir os interessados, a realização dos pleitos ou consulta os associados para tomar a decisão de modo democrático e transparente, cobrando

sempre o benefício recíproco dos resultados do conhecimento e de cada processo de aprendizagem para socialização entre seus membros.

Caso de sucesso institucional

Ao realizar um estudo de caso do Reca, no período compreendido entre os anos de 1988 a 2004, por meio de uma abordagem das dimensões e dinâmicas ambiental, socioeconômica e institucional, Franke (2005) infere que sua evolução, na perspectiva da acumulação de competência tecnológica e organizacional, se dá pela via de um processo de aprendizagem, absorção e socialização do conhecimento. A construção e consolidação da organização institucional são observadas pela trajetória virtuosa de acumulação de competência tecnológica em investimentos, processos e organização da produção, produtos, equipamentos e nas aprendizagens subjacentes.

Embora não se observe um modelo de gestão institucional consolidado tipo empresarial *strictu sensu*, percebe-se uma franca evolução constituída em um ambiente de relações assentadas na participação, trabalho, confiança, respeito e solidariedade, verificada no relacionamento dos membros desse grupo, elementos essenciais para a elevação constante do desempenho e crescimento sustentável dessa organização.

Os resultados encontrados por Franke (2005) sugerem que os diferentes processos de aprendizagem (por meio da absorção e socialização de conhecimentos), desenvolvidos ao longo do tempo na organização, tendem a constituir um sistema de aprendizagem, demonstrando ser fundamental para o desenvolvimento da competência tecnológica e organizacional e, portanto, para a melhoria da

performance técnico-econômica da instituição e da qualidade de vida de seus membros.

As políticas direcionadas à agricultura familiar cooperativada, tanto nos processos produtivos relacionados ao uso da terra, como no beneficiamento e comercialização da produção, por meio de agroindústrias, propiciaram o acesso a tecnologias de forma coletiva, possibilitando melhorias no sistema de produção e aumento no valor agregado dos produtos. Isso propiciou a melhoria das condições de vida dos produtores e do seu relacionamento com o meio ambiente. A análise sobre o padrão tecnológico e a evolução e mensuração do desenvolvimento organizacional permitiram inferir que a competitividade do Reca e seu desenvolvimento estão intimamente relacionados aos processos de aprendizagem adotados pela instituição e seus sócios (Franke, 2005).

Em uma averiguação amiúde sobre a significância e a interpretação do Projeto Reca, várias definições multidisciplinares são a ele dirigidas. Porém, para sintetizar o que resulta o projeto, dispõe-se de uma frase extraída dos estudos do programa de mestrado em geografia (Mudanças Globais – Sustentabilidade Regional) do Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck, na Áustria:

A organização social e participação são a base para o sucesso do Reca [...]. A agrossilvicultura representa uma alternativa econômica que contribui para a proteção da floresta e para o respeito da sociobiodiversidade. A exploração de novos mercados agrega valor regional e, assim, fomenta a autonomia financeira do Reca (Coy; Rainer, 2016, p. 35).

Em uma análise da estrutura funcional e organizacional do Reca, e ao examinar a sua replicabilidade, o estudo conduzido por Coy e Rainer (2016) o descreveu como um projeto

de produção agroflorestal composto por 300 famílias produtoras e 100 trabalhadores sazonais em Nova Califórnia, RO, que tem por objetivo oferecer uma alternativa aos usos prevalentes do solo na região, aumentar a renda dos agricultores familiares e contribuir para diminuição do desmatamento na Amazônia. É considerado um exemplo de boas práticas para o desenvolvimento sustentável regional e reconhecido pelos estados e ONGs nacionais e internacionais, com quem mantém parcerias de apoio para viabilizar seus objetivos e missão institucional, como uma experiência social inovadora e promissora.

Os membros do Reca acreditam que boa parte do sucesso da instituição se deve à coragem, persistência e honestidade dos agricultores, pois todos participam, são ouvidos, valorizados e fazem parte dos processos decisórios. O foco sempre deve estar no alcance dos objetivos delineados, na superação dos obstáculos e problemas. No modelo organizacional da instituição, flexível e participativo, há uma preocupação constante com boas práticas de governança, no qual se exercitam e são cultivados valores como união, fé, coragem, honestidade, persistência e luta (Projeto Reca, 2020).

Assim se expressa um sócio, sobre o sentimento do Reca, quando perguntado o que fazer para a evolução e sucesso de uma organização comunitária de agricultores familiares:

Se eu fosse fazer uma assessoria contaria todas as dificuldades e sucessos obtidos em nossa história e daria um alerta: sempre colocamos isto para as pessoas que vêm nos visitar. Cada lugar ou região tem sua cultura, seus costumes, suas diferenças ambientais e outras. Por isso cada projeto deve ser adaptado a cada região. Pedimos para que não nos copiem, mas olhem e avaliem o nosso sistema de organização, e

quando forem implantar seus projetos, cada um deve ser adaptado a sua região de acordo com suas características (Projeto Reca, 2020, *home page* institucional).

O Reca é responsável pela geração e emprego, renda e injeção de recursos no distrito de Nova Califórnia, ou seja, pela prosperidade da zona urbana para atender suas demandas da população rural. Os SAFs, além da pecuária e agricultura, promovem o desenvolvimento regional.

A geração de renda não se configura apenas para as famílias cooperadas e sócias, mas para a comunidade local através da oferta de trabalho na própria cooperativa e na região, atendendo direta e indiretamente mais de 700 famílias (Croda, 2019, p. 44).

Considerações finais

Na Amazônia e nos demais estados brasileiros, a reforma agrária com a regularização de terras, seguida da implantação de projetos de assentamento de agricultores e provisão de condições de equipamentos de infraestrutura de produção, assistência e apoio social e econômico, foi em parte viabilizada pelas instituições públicas do Estado brasileiro.

Verifica-se que a maior integração dos processos operacionais e a organização institucional, causadas pelo aprimoramento das práticas e atividades rotineiras no setor produtivo no campo, nas agroindústrias e na administração e coordenação do Reca, estão conduzindo a instituição à acumulação de competência para melhoria no seu desempenho geral.

O Reca possui uma trajetória de capacitação em aprendizagem organizacional que provém das habilidades e processos individuais, coletivos,

estruturais, culturais, da organização do trabalho e liderança, evidenciando vantagem sobre outras organizações comunitárias que não evoluíram na mesma medida.

Um dos motivos que tornou o Reça uma referência na Amazônia como modelo de organização e produção comunitária foi sua forma de interação com atores e instituições externas, no estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas. Ao longo de sua caminhada o Reça enfrentou diversos desafios, mas com a sua organização e a criação de uma rede de parcerias pôde superá-los e apresentar bons resultados. Não por acaso o Reça se tornou um exemplo de organização social, produtiva e de base familiar comunitária de referência mundial, pela forma de promover sustentabilidade respeitando a sociobiodiversidade amazônica. O Reça tem um jeito de caminhar e é feito de gente... e que gente.

Referências

- ALMEIDA, L. F. de. **Ponta do Abunã**: no fim de Rondônia e no começo do Acre. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia: Desenvolvimento Regional) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/89813>. Acesso em: 10 set. 2020.
- ALMEIDA, F. O. de; MONGELO, G. Introdução: arqueologia dos 'pioneiros' e da diversidade do alto rio Madeira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 15, n. 2, e20190080, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2019-0080>.
- CATÁLOGO de teses e dissertações. Brasília, DF: Capes, 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- CARVALHO, L. A. **Projeto "Reça"**: um modelo de organização econômica e social ambientalmente sustentável na Amazônia sul-ocidental. 2000. 50 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco.
- COY, M.; RAINER, G. (coord.). **Perspectivas para Amazônia? Sistemas agroflorestais e cadeias de valor alternativas. Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA)**: um projeto na Amazônia brasileira: projeto de pesquisa da Especialização em Estudos de Desenvolvimento do Mestrado em Geografia: Mudanças Globais - Sustentabilidade Regional: resultados do trabalho de campo. Innsbruck, Austria: Universität Innsbruck. Institut für Geographie, 2016. 36 p. Disponível em: https://www.uibk.ac.at/geographie/agef/poster/poster_perspectivas_para_amazonia_portugues.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.
- CRODA, J. P. **Importância dos sistemas agroflorestais para agricultura familiar na Amazônia brasileira**: um estudo de caso sobre o projeto Reça. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Agrícola, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- CUNHA, E. T. da; MOSERI, L. M. Os projetos de colonização em Rondônia. **Revista Labirinto**, v. 10, n. 14, p. 124-151, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/938/922>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- EMBRAPA. **Base de Dados da Pesquisa Agropecuária – BDPA**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- FRANKE, I. L. **A aprendizagem tecnológica e organizacional na performance do sistema produtivo e institucional do RECA**. 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- IBGE. **Censo demográfico**: séries históricas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?&t=series-historicas>. Acesso em: 3 set. 2020.
- IBGE. **Brasil/Rondônia/Porto Velho/Histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/historico>. Acesso em: 8 set. 2020.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Programa Monitoramento de Áreas Protegidas**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/justica-considera-inconstitucional-a-revogacao-de-ucs-em-rondonia>. Acesso em: 20 set. 2020.
- LINK, R. S. Os Apurinã e a última fronteira do estado brasileiro. **Fronteiras**: Revista de História, v. 19, n. 33, p. 11-42, ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.30612/frh.v19i33.6763>.

MACIEL, R. C. G.; SILVA, M. J. P.; AQUINO, J. N.; AZEVEDO, M. N.; FILHO, P. G. C.; SOUZA, E. F. Produção familiar rural e desigualdade de renda na Amazônia: um estudo de caso do projeto Reca, em Porto Velho, Rondônia. **Revista de Estudos Sociais**, v. 19, n. 39, p. 3-18, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19093/res4359>.

MAPA de conflitos: AM – Povos indígenas Kaxarari, sob constante pressão, reivindicam parte importante do território tradicional. Rio de Janeiro: Neepes: ENSP: Fiocruz, 2014. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/am-povos-indigenas-kaxarari-sob-constante-pressao-reivindicam-parte-importante-do-territorio-tradicional/>. Acesso em: 15 out. 2020.

NEVES, M. V. História nativa do Acre. In: POVOS do Acre: história indígena da Amazônia Ocidental. Rio Branco, AC: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, 2002. p. 10-15.

PROJETO RECA. [Home page institucional]. Nova Califórnia, RO, 2020. Disponível em: <http://www.projettoreca.com.br/site/pesquisas/>. Acesso em: 5 ago. 2020.

SILVA, F. R. M. da; SUÁREZ, N. L. C. **Projeto Reca**: Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado: Projeto Conexão Local: relatório final. Brasília, DF: FGV: CAPES, 2009. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/1_-_reca_2.pdf. Acesso em: 22 ago. 2020.

SILVA, C. P.; COSTA, A. Um quadro histórico das populações indígenas no Alto rio Madeira durante o século XVIII. **Amazônica**: Revista de Antropologia, v. 6, n. 1, p. 111-139, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v6i1.1751>.

TOMASI, A. S. Grilagem de terras e violência agrária: criação e extinção de um projeto de reforma agrária no sul do Amazonas: relatório de trabalho. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GOVERNANÇA DE TERRAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 4., 2018, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 2018. p. 1-45. Disponível em: <https://governancadetererras.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Andre%CC%81-Segura-Tomasi-PAF-Curuquete%CC%82-Grilagem-de-Terras-e-Viole%CC%82ncia-Agra%CC%81ria-SulAM-1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.